



1

ATA DA 403ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

2 Aos 29 dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, por
3 meio da plataforma Google Meet, foi declarada aberta a 403ª Sessão Plenária do Conselho
4 Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, sob a presidência do Sr. Roberto Sant'Ana Lisboa
5 Batista. **OBJETIVOS DA REUNIÃO: 1.** Parecer preliminar de análise do Plano Municipal de
6 Saúde 2026-2029, PPA 2026-2029 e da LOA 2026. **2.** Apurar possíveis irregularidades na
7 execução da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24h e deliberação quanto ao
8 encaminhamento aos órgãos competentes. **PRESENTES:** Amarílio Zebral, Antônio Helvécio,
9 Claudio Souza, Débora Lima, Edilaine Silva Araujo, Elaine Silva, Flavia Souza Santanna, Harrison
10 Assis Bizerra, Jaime Balbino, Janice, Leticia Bruna, Marco Antonio Henriques, Maria
11 Auxiliadora Oliveira Pacheco, Maria Luiza de Carvalho, Mariana Myriam, Marianna soares,
12 Meire Oliveira, Niceia Passos, Roberto Sant'Ana Lisboa Batista, Kátia Severiano, Rosalia
13 Valentim, Ryan Cito, Solange Lopes, Sonia Dias Teixeira, Tatiane Cassia, Tatiane Rezende, Ted
14 Souza, Thiago Pinheiro, Vamberto Oliveira, Vanessa Teixeira, Vanilda Almeida e Wagner
15 Coelho. **DESENVOLVIMENTO DA PLENÁRIA: 1. ABERTURA:** O Sr. Roberto Sant'Ana abriu a
16 reunião, cumprimentando os presentes e contextualizando os assuntos a serem tratados.
17 Colocada em votação, a pauta da 403ª Reunião Extraordinária foi aprovada. Em sequência,
18 foram submetidas à apreciação do Plenário as atas das 401ª e 402ª reuniões, previamente
19 encaminhadas aos Conselheiros por meio de WhatsApp para análise antecipada. O
20 Conselheiro Amarílio Zebral informou que, ao tomar conhecimento das atas, encaminhou
21 observações à Secretaria Executiva do Conselho para ajustes em suas manifestações. Na
22 ocasião, indagou sobre a ausência de representantes da Secretaria Municipal de Saúde para
23 esclarecimentos acerca de questões tratadas na sessão anterior, sendo explicado que, em
24 virtude do agendamento de audiência pública para apresentação do 2º RDQA, não foi possível
25 a participação dos referidos representantes. Submetidas à votação, e não havendo objeções,
26 as atas foram consideradas aprovadas. Ainda, foi discutida a necessidade de convidar os
27 responsáveis pelo CAPS para participar de sessão plenária, a fim de tratar de assuntos
28 relacionados à saúde mental no município. O presidente, Sr. Roberto, solicitou aos
29 conselheiros que o grupo de comunicação do Conselho não seja utilizado para discussões de
30 caráter partidário. Ressaltou que o Conselho Municipal de Saúde deve se dedicar
31 exclusivamente à discussão de políticas públicas de saúde, enfatizando que episódios
32 anteriores de desentendimento no grupo comprometeram a condução das atividades. O
33 presidente destacou a importância de manter o debate organizado e limitado às questões de
34 saúde do município, reforçando que o Conselho não atua como oposição ou alinhamento
35 político, e que seu papel é exclusivamente técnico e institucional, visando o interesse público
36 e o cumprimento de suas atribuições legais. **2. ITENS PARA DELIBERAÇÃO: 1.** Foi apresentado
37 e discutido o relatório referente ao Plano Municipal de Saúde (PMS) 2026-2029, protocolado
38 junto a este Conselho em 01 de setembro de 2025, por meio de correio eletrônico,
39 acompanhado dos demais instrumentos de planejamento e orçamento: Plano Plurianual (PPA)
40 2026-2029 e Lei Orçamentária Anual (LOA) 2026. O relatório abordou, de forma resumida, a
41 metodologia adotada para análise comparativa dos valores estimados no PPA, PMS e LOA,
42 destacando a utilização de critério técnico de distribuição linear anual dos valores registrados,
43 permitindo a comparação direta entre PPA 2026 x PMS 2026 x LOA 2026 e evidenciando



divergências de financiamento. Conforme as conclusões apresentadas, o Conselho deliberou que: A) Os instrumentos de planejamento e orçamento devem ser articulados entre si, garantindo coerência, integração e previsibilidade na execução das ações de saúde; B) Foram identificadas inconsistências, como ausência de determinadas ações no PPA, subfinanciamento da Atenção Básica e divergências significativas entre PMS/PPA e LOA, comprometendo a efetividade do planejamento em saúde; C) Recomendou-se, portanto, a devolução do PMS e dos instrumentos orçamentários correlatos aos gestores responsáveis, para ajustes e adequações que assegurem compatibilidade legal, técnica e financeira, garantindo o cumprimento das metas do SUS. Em discussão ao relatório, o Presidente, Roberto Sant'Ana reforçou que o PMS deveria estar articulado com os demais instrumentos orçamentários e apresentou informações sobre a previsão de redução de recursos para a Atenção Primária e aumento do orçamento destinado à UPA, apontando que tais alterações poderiam comprometer o funcionamento da Atenção Básica no município. O Conselheiro Wagner acrescentou que a discrepância entre os valores do PMS e os demais instrumentos é extremamente atípica, sugerindo que poderia haver uma intencionalidade, uma vez que compromete a correta execução do orçamento e a priorização das ações de saúde. A Conselheira Meire Oliveira concordou com as observações, salientando que os valores do PMS não condizem com os instrumentos orçamentários correlatos, reforçando a necessidade de esclarecimentos e correções. O Conselheiro Amarílio Zebral trouxe à discussão aspectos relacionados à aprovação da LDO pela Câmara, destacando dificuldades de interlocução entre representantes da Secretaria Municipal de Saúde e o Conselho durante a audiência pública, e alertou para a necessidade de cautela quanto a possíveis interpretações ou encaminhamentos equivocados na apresentação de dados. O Conselho abordou, de forma aprofundada, a alocação orçamentária prevista para a UPA e para a Atenção Primária à Saúde. O Presidente do Conselho, Roberto Sant'Ana, observou que os investimentos planejados para a UPA apresentam aumento significativo, enquanto os recursos destinados à Atenção Primária estão sendo reduzidos, o que poderia resultar em sobrecarga das unidades básicas e comprometimento da prevenção em saúde. A Conselheira Kátia Severiano destacou que a priorização da Atenção Primária é essencial, enfatizando que a redução de recursos nesta área compromete a prevenção e, conseqüentemente, aumenta a demanda por serviços de atenção secundária e terciária, evidenciando a necessidade de questionamento e revisão das prioridades orçamentárias. O Conselheiro Wagner reforçou a relevância de investir na Atenção Básica, lembrando experiências de outros municípios em que o fortalecimento da Atenção Primária resultou em melhor desempenho dos serviços de urgência e emergência. Ressaltou que o atual cenário representa retrocesso na política de saúde e sugeriu que o Conselho encaminhe observações formais e solicite ajustes nos instrumentos orçamentários, enfatizando a necessidade de união e consciência das ações do Conselho. O Conselheiro Thiago Pinheiro chamou atenção para a obrigatoriedade constitucional de manutenção ou incremento de aportes financeiros em relação aos anos anteriores e destacou que a precarização da Atenção Primária, incluindo protocolos desatualizados para gestantes, impacta diretamente a população e sobrecarrega o sistema de Atenção Especializada. A Conselheira Marianna Soares ressaltou a situação crítica na Atenção Básica, mencionando a insuficiência de profissionais, especialmente na odontologia, e alertou que a redução dos repasses financeiros compromete o atendimento da população, tornando urgente a revisão



da distribuição de recursos. O Presidente Roberto Sant'Ana concluiu a discussão reiterando que a Atenção Básica não pode ser negligenciada, reforçando a necessidade de solicitar à Secretaria Municipal de Saúde informações detalhadas sobre a execução orçamentária, incluindo dados da odontologia, para subsidiar futuras deliberações e garantir a efetividade das políticas públicas de saúde. O Conselho discutiu a situação da odontologia no município, destacando que os recursos destinados a este setor se esgotarão a partir do mês de outubro, comprometendo o atendimento da população nos últimos meses do ano. O Presidente do Conselho, Roberto Sant'Ana, ressaltou a necessidade de convocar uma reunião específica para discutir detalhadamente as demandas da odontologia, identificar a falta de materiais e planejar estratégias para suprir as carências emergenciais, garantindo a continuidade dos serviços. A Conselheira Marianna Soares e o Conselheiro Thiago Pinheiro corroboraram que já se observa escassez de insumos e materiais essenciais, confirmando a gravidade da situação e a urgência de intervenção. O Conselheiro Cláudio Souza destacou que há irregularidades na administração financeira da UPA, evidenciando que recursos estão sendo alocados de forma inadequada, prejudicando a Atenção Primária. Ele alertou que a situação configura risco para o funcionamento regular dos serviços de saúde e para a efetividade das políticas públicas. O Presidente, em seguida, submeteu à apreciação do Pleno o relatório sobre a situação orçamentária e administrativa da saúde, destacando que o documento será encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde, ao Ministério Público, à Câmara de Vereadores e aos demais órgãos fiscalizadores competentes. O relatório, uma vez aprovado pelo Conselho, será tornado público e disponibilizado para consulta por qualquer cidadão, inclusive por meio da página oficial do município. O Pleno aprovou o relatório por unanimidade, garantindo seu encaminhamento formal e a divulgação pública, conforme as deliberações do Conselho. 2. Tratando da apuração de possíveis irregularidades na execução da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24h e deliberação quanto ao encaminhamento aos órgãos competentes, o Presidente do Conselho, Roberto Sant'Ana, iniciou a discussão apresentando o contexto da apuração, destacando que, em reunião anterior, havia sido concedido prazo à Secretaria Municipal de Saúde para se manifestar sobre irregularidades observadas na UPA 24h. Ressaltou que o prazo não foi cumprido e que, em razão disso, foi elaborado um relatório detalhado pelo Conselho, contendo análise e recomendações, a fim de subsidiar a deliberação da plenária. O relatório apresentou histórico do contrato de programa firmado entre a Secretaria Municipal de Saúde, o Fundo Municipal de Saúde e a Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba (ICISMEP), visando à gestão e operacionalização da UPA 24 horas de Conselheiro Lafaiete. Foram mencionadas as deliberações anteriores do Conselho, incluindo pareceres e resoluções que fixaram obrigações de acompanhamento e fiscalização, muitas das quais não estariam sendo observadas. O Presidente detalhou os pontos críticos identificados na execução contratual, incluindo: divergência de valores entre o aprovado pelo Conselho e o contrato assinado, alterações na abrangência dos serviços do SADT (Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico), inconsistências no quadro de pessoal, contratações sem justificativa técnica formal, não instalação da comissão de acompanhamento prevista, ausência de convocação de representantes do Conselho, exoneração do gestor do contrato e falhas na publicidade e transparência, como a não publicação de relatórios conclusivos. Foi manifestada a preocupação com o impacto dessas irregularidades na eficiência administrativa, legalidade e transparência da unidade, considerando que as alterações



contratuais podem gerar aditivos e comprometer a execução orçamentária pactuada. Foi enfatizada a importância de encaminhar o relatório para os órgãos competentes, garantindo que as falhas identificadas sejam objeto de fiscalização e que medidas corretivas sejam adotadas para assegurar a regularidade da UPA 24 horas. O Conselheiro Cláudio Souza iniciou os comentários, destacando que o relatório já havia sido enviado previamente aos órgãos competentes, e que o prazo estabelecido para manifestação da Secretaria de Saúde expirou sem qualquer retorno. Ressaltou que o contrato assinado da UPA diverge significativamente do contrato aprovado pelo Conselho, caracterizando, na sua avaliação, irregularidade na execução do contrato. Propôs que o relatório fosse encaminhado aos órgãos estaduais e federais competentes, bem como à Secretaria de Saúde, sem necessidade de explicações adicionais, considerando que o Conselho cumpriu sua função de solicitação de esclarecimentos. O Conselheiro Amarílio Zebral acrescentou que a Secretaria de Saúde enviou à Câmara Municipal aprovação de mais um consórcio sem coordenação com o Conselho, evidenciando a falta de transparência e fiscalização, e ressaltou que tais ações comprometem a administração municipal e a gestão da saúde pública. O Conselheiro Wagner destacou que o relatório está bem estruturado e suficientemente claro para qualquer órgão identificar as divergências entre o contrato aprovado e o assinado, ressaltando que na reunião anterior, com participação da Secretaria e da Procuradoria, já haviam sido apontadas irregularidades graves. Reforçou a necessidade de encaminhar o documento também aos órgãos estaduais, dado que o Conselho não recebeu qualquer resposta da Secretaria, e que há tempo para correções, mas que estas não estão sendo efetuadas. O Presidente Roberto Sant'Ana destacou a importância de o Conselho estar bem documentado, ressaltando que o relatório produzido constitui a base para qualquer futura fiscalização ou auditoria, afirmando que o documento deve ser encaminhado a todas as instâncias que a plenária definir. A Conselheira Meire Oliveira concordou com a posição dos conselheiros que se manifestaram anteriormente, lembrando que a UPA apresenta problemas desde a construção e que, historicamente, tem gerado dificuldades e ausência de prestação de contas. Destacou a necessidade de enviar o relatório ao nível mais alto possível, para garantir fiscalização adequada. O Conselheiro Marco Antônio Henriques opinou que o documento não deva ser encaminhado apenas para o Ministério Público local, concordando que o encaminhamento deve ser para outras instâncias externas ao município. O Conselheiro Wagner apoiou as colocações, enfatizando a necessidade de manter o Conselho unido e atento, garantindo que todas as instâncias competentes recebam o relatório, de forma a registrar oficialmente que o Conselho cumpriu seu papel, independentemente de qualquer atuação futura da Secretaria ou de outros órgãos. Claudio Souza reforçou que o Conselho não é contra a UPA, mas sim contra irregularidades nos contratos e convênios relacionados à unidade. Roberto complementou detalhando problemas como ampliação de leitos sem contratação de equipe adequada, sobrecarga nos hospitais e uso irregular de recursos. Mariana Myriam e Marianna Soares demonstraram preocupação com a Atenção Básica e a sobrecarga dos profissionais, alertando para riscos de falta de pagamento, insuficiência de profissionais e impacto no atendimento. Amarílio Zebral reforçou a preocupação com a situação financeira e operacional da saúde, destacando a relevância de denúncias bem documentadas e a atuação do Conselho como única instância de fiscalização efetiva. Em continuidade as discussões, Roberto e Claudio Souza revisaram o histórico do Hospital Regional, detalhando que os projetos originais foram conduzidos pelo



Conselho e parceiros, como a Promotora de Justiça Dra. Daniele e o ex Prefeito José Milton. Disseram que as interrupções ocorreram por gestores subsequentes, com recursos devolvidos ou paralisados. Que a construção do hospital e da UPA só se tornou viável devido à mobilização do Conselho e à disponibilização das plantas e projetos e que créditos e divulgação das obras foram atribuídos a gestores posteriores, embora a documentação comprove o trabalho do Conselho. Claudio Souza destacou que as obras enfrentaram resistência política e alegações de prejuízo a outros hospitais, mas que o objetivo do Conselho sempre foi concluir as unidades de forma transparente, legal e eficiente. O Conselheiro Vamberto Oliveira relatou inconsistências em relação ao início das obras do Hospital Regional, evidenciando divergências entre a divulgação na mídia e a realidade no local, sendo necessário acompanhamento presencial e remoto. No que tange a atuação deste Conselho de Saúde e as denúncias de possíveis irregularidades, Roberto reforçou que o Conselho possui respaldo legal, segundo parecer do Estado em que pese que as entidades representativas são eleitas pelo Conselho, que define os critérios de indicação de representantes e que os projetos de lei que alterem a estrutura do Conselho devem ser aprovados pela plenária do Conselho para ter legalidade. Desta forma, a Presidência informou que o Conselho está elaborando documentos para responder a denúncias indevidas contra o Conselho junto ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Foi discutida a manutenção das reuniões em formato online, por permitir maior participação de integrantes e entidades externas. A deliberação final do Conselho foi manter as reuniões online, garantindo acessibilidade e registro. Cumprida a pauta de reunião, Roberto Sant'Ana agradeceu a presença de todos, reforçando a importância da união, documentação e mobilização constante. A reunião foi encerrada às 20h34min, permanecendo registrado o consenso quanto à atuação estratégica deste Conselho. Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada pela Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde e será submetida ao referendo do Plenário. Conselheiro Lafaiete, 29 de setembro de 2025.

ATA APROVADA NA 405ª REUNIÃO ORDINÁRIA.